



PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL E BAHIA

Rita de Cássia Oliveira Lima Alves.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.
rcassialimaa@gmail.com
Josealdo de Souza Alves.
Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR.
josenaldo1@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo expressa as características que envolvem as cidades médias ante seu processo de urbanização no Brasil e, especificamente, na Bahia. Para tanto, realizou-se reflexões sobre a historicidade da urbanização nacional, cujo objetivo específico foi compreender a evolução desse processo enquanto mecanismo de constituição das cidades médias. Na seqüência, adentrou-se às características de cidades médias e urbanização. Seqüencialmente, realizou-se reflexões sobre o processo de urbanização da Bahia. Por fim, com o intuito de compreender tal realidade, analisa-se a formação das cidades médias na Bahia. Enquanto procedimento metodológico o estudo utilizou, de forma articulada, as referências teóricas sobre o tema, assim como levantamentos de dados realizados por órgãos estatísticos, a exemplo do IBGE e da SEI, os quais permitiram construir as conclusões dos resultados alcançados. Como resultado, verificou-se, inicialmente, a semelhança entre a historicidade da formação das cidades médias, tanto no Brasil, quanto na Bahia. Verificou-se ainda que, dado ao quadro de intensas desigualdades sociais e econômicas, a população de grande parte dessas cidades vivenciam um quadro de pobreza e degradação. Nessa perspectiva, tais cidades passam por desafios que vão para além das suas condições atuais de atendimento às demandas da população a qual exerce influência.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades médias. Condições sociais. Desigualdades. Evolução. Urbanização.

EIXO 1: Rede Urbana e Dinâmica Regional



INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o processo de urbanização das cidades médias do Brasil e Bahia, pressupõe-se ser essencial desvelar os aspectos que influenciam o cenário histórico de constituição destas, enquanto concentradoras de grande parte do seu contingente populacional. Este estudo, em sincronia com o debate sobre urbanização e cidade média, se propõe, assim, compreender, ante as peculiaridades deste país, a história e realidade da sua rede urbana, tendo em vista que, dos seus 190.732.694 habitantes, 84% destes residem em áreas urbanas, conforme último Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ante o exposto, inicia-se essas reflexões realizando-se, primeiramente, algumas breves considerações sobre a historicidade da urbanização, como forma de buscar compreender a evolução desse processo enquanto mecanismo de compreensão da constituição deste espaço consolidado. Dá-se continuidade ao estudo, ao refletir sobre as cidades médias e urbanização, enquanto características intrínsecas a essa realidade. Na seqüência, realiza-se reflexões acerca do processo de urbanização na Bahia. Por fim, ensaia-se uma breve reflexão sobre as cidades médias na Bahia, a qual espera-se compreender tal realidade, enquanto momento que precede tomadas de decisões futuras que possam aprimorar o papel econômico e social deste perfil de cidade para o país.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTORICIDADE DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Remontando à historicidade da urbanização no Brasil, Milton Santos (1993) distinguiu quatro períodos que marcaram este processo no país: o período colonial, o



final do século XIX e primeira metade do século XX, o período compreendido entre as décadas de 1940 a 1970 e o pós década de 1970, os quais serão abaixo analisados.

No período colonial, a região Nordeste, especialmente o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata, sinalizou as primeiras manifestações de urbanização em relação ao restante do território nacional. Reis (1997) inclui como elementos explicativos da urbanização nesta fase os seguintes elementos:

[...] a organização político-administrativa, consideradas, de um lado, as capitânias e o governo geral e de outro a organização municipal; as atividades econômicas rurais (agricultura de exportação e de subsistência) e as camadas sociais correspondentes, a começar pelos proprietários rurais; as atividades econômicas urbanas e seus atores (comércio, ofícios mecânicos, funcionalismo, mineração). REIS (1997, p.61)

Tais fatores constituíram-se em relevantes aspectos na caracterização da urbanização brasileira no período colonial. Para Santos (1993), esse período foi marcado com o que denominou de urbanização pretérita, o que significa dizer que, naquele momento, ainda não se encontrava materializado um processo de urbanização em sua essência – aumento da população, desenvolvimento econômico, mudanças de estilos de vida e modos urbanos. O que, de fato, evidenciava-se era o início da geração de cidades, do que propriamente de um processo de urbanização.

As relações entre lugares ainda eram incipientes e instáveis em um país caracterizado por grandes dimensões territoriais (Santos, 1993). Ainda assim, a exploração da cana-de-açúcar e do cacau contribuiu para a expressividade de cidades litorâneas, como, por exemplo, Salvador, cuja população, na passagem do século XVII para o século XVIII, era de 100.000 moradores (Santos, 1993). Por fim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram essenciais a um povoamento e criação de riquezas, impactando na ampliação da vida e no surgimento de cidades no litoral e no interior.

Foi no final do século XIX, no entanto, que a urbanização brasileira passou por seu primeiro processo de aceleração: em 1872 os urbanos correspondiam a 5,9% da população total do país, enquanto que em 1900 eles já somavam 9,4% da população



total do país. Considerando-se o total da população brasileira, houve uma elevação de 9,9 milhões para 14,3 milhões, aumentando mais de 40% em apenas quinze anos. (IBGE, 2005; SANTOS, 1993, p.21). Nesse momento, nos primórdios da urbanização, o país revela uma fase em que conta com relativa infra-estrutura, como serviços de telefonia, meios de transporte, bancos e instituições de ensino, dentre outros. De acordo com Santos (1993, p.22-23), o primeiro avanço do fenômeno da urbanização registrado no fim do século XIX teve reflexos na ocupação econômica do país na primeira metade do século XX, quando a concentração populacional nas cidades ocupa dimensões nunca antes vistas, a exemplo de São Paulo, que, no início do século XX, exibiu marcante expansão de sua taxa de urbanização, com um crescimento da população urbana da ordem de 43%. De acordo com Santos (1993)

[...], tal fato se deu, sobretudo, quando, a partir da produção de café com mão de obra européia: [...] o Estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais (SANTOS, 1993, p.24-26).

A implantação de redes ferroviárias e de comunicação na região Sudeste constituíram-se em elementos significativos ao processo de urbanização, os quais viabilizaram São Paulo emergir como pólo dinâmico nacional. Ainda tendo São Paulo como principal cenário, a industrialização no país se desenvolve, sendo este o espaço privilegiado para sua dinâmica e reprodução a região Sudeste. Em função do avanço no processo de industrialização e o seu desenvolvimento pós décadas de 1940-1950, o processo de urbanização brasileira é marcado por alterações significativas no início da segunda metade do século XX. Spósito (2001, p.49) comunga dessa idéia ao argumentar que a intensificação da produção industrial foi viabilizada tanto pelo capital acumulado, como pelo desenvolvimento técnico científico a que se denomina Revolução Industrial, possibilitando que a urbanização adotasse ritmos intensos. Sobre a relação processo industrial e urbanização, Santos (1993, p.27) afirma que:



Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluindo, naturalmente, as capitais de estados. SANTOS (1993, p.27)

É neste contexto que a urbanização consolida-se como uma realidade incontestável. Na atualidade, o Brasil, com uma população de 190.732.694 habitantes, possui 84% desse total residindo em áreas urbanas (IBGE, 2010). Verifica-se que em todas as regiões brasileiras e em todos os seus estados a população urbana é predominantemente superior à população rural. As quinze maiores cidades brasileiras representam, juntas, 21% da população total do país. Além disso, há no Brasil quinze cidades, sobretudo capitais, com mais de um milhão de habitantes.

Neste contexto, o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE apresentou um índice acima de 54% da população brasileira com pessoas residindo em cidades com população superior a cem mil habitantes. Este processo foi intensificado nas últimas décadas, o que transformou a dinâmica territorial urbana, sobretudo em termos de ampliação do foco de investimento nas metrópoles para as cidades médias. Projetam-se, assim, mudanças na análise do conteúdo e da forma de constituição do seu espaço, sobretudo porque o país vem experimentando, há algumas décadas, este crescente processo de urbanização. Como consequência, fortaleceu-se, ainda mais, a influência destas cidades no território brasileiro. Neste contexto, surgem novas demandas para novas realidades a serem continuamente analisadas e projetadas, sobretudo porque a urbanização no país tem apresentado peculiaridades regionais diferenciadas

CIDADES MÉDIAS E URBANIZAÇÃO

Ao considerar-se o cenário nacional, grande parte das políticas promovidas pelos poderes públicos estadual e federal, sobretudo no período que abrangeu de 1960 a 1970, foram decisivas no fortalecimento da capacidade das cidades se articularem em fluxos de pessoas, além de atividades econômicas e, acima de tudo, investimentos. Tais



transformações promoveram a busca por capital imobiliário para fins de dinamização dos seus territórios, cujo propósito era consolidar os papéis destes na sua rede urbana.

Objetivava-se a descentralização territorial e populacional das metrópoles nacionais, que redundaria em descentralização econômica também. Com efeito, para além dos espaços para os quais a indústria se deslocou no Brasil, fortalecem-se, portanto, também as cidades médias, que, desde então, têm recebido grande contingente populacional, passando, assim a experimentar importantes transformações espaciais, culturais, econômicas e políticas. Ocorreu, portanto, um processo de transformação do movimento migratório, o qual foi decisivo na redistribuição da população urbana brasileira.

Para intervir a favor da desconcentração das grandes aglomerações e conseqüente desenvolvimento das cidades médias, o Estado, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND. O II PND viria promover a desconcentração espacial da indústria em São Paulo e incentivando o desenvolvimento deste setor, bem como daqueles a ele complementares, em diferentes espaços nacionais. De acordo com Pontes (2000), o PND dividiu as cidades médias brasileiras em dois grandes grupos, sendo um formado pelas cidades médias integradas à rede urbana e o outro pelas cidades situadas às margens das redes urbanas hierarquizadas (PONTES, 2000). A caracterização das cidades médias revelava-se, assim, cada vez mais relevante, pois as mesmas estavam se constituindo em:

Lugares centrais comercializadores e supridores de serviços para áreas rurais e centros urbanos de hierarquia inferior, apresentando base terciária relativamente complexa e diversificada; b) - centros industriais com diversificação de estrutura industrial para atendimento de sua região de influencia especialmente bens de consumo ou especialização para atendimento de mercado macrorregional ou nacional; - c) - pólos ou complexos industriais implantados por decisões governamentais. (PONTES, 2000, p.17).

O PND escolheu como critério para definição de cidades de porte médio o tamanho demográfico (ou seja, aquelas com população entre 50 mil a 250 mil habitantes), o dinamismo econômico e a função regional. Concomitantemente, as



cidades médias passaram a exibir expressivas taxas de crescimento, fruto do seu dinamismo econômico, político e social, que foi viabilizado pela intervenção do Estado. Na década de 1970, o Brasil possuía 95 cidades que, de acordo com os critérios do PND, atendiam ao padrão "cidade média". Desse total, beneficiaram-se do programa apenas 39 cidades, concentradas em sua maioria no Sudeste e Nordeste do país.

Ao se considerar apenas os aspectos demográficos, o ciclo de expansão da população urbana, até 1980, seguia em direção a uma forte concentração da população nas grandes cidades na época, sobretudo aquelas com mais de 100 mil habitantes. Nesta época, 57% da população já residia em cidades com mais de 100 mil habitantes e 35% da população residia em cidades maiores que 500 mil (IBGE,2010).

Desde 1980, o ciclo de expansão urbana começa a assumir um novo padrão, apresentando uma desaceleração mais acentuada do crescimento da população urbana e da evolução do seu grau de urbanização. Havia uma forte desconcentração relativa favorável a uma maior participação das cidades por uma população entre 100 e 500 mil habitantes, que continuam a crescer mais intensamente que as cidades com mais de 500 mil habitantes, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Número de municípios e população nos Censos Demográficos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 1960/2010

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Número de municípios e população nos Censos Demográficos					
	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Número de municípios						
Total	2.766	3.952	3.991	4.491	5.507	5.565
Até 2 000	15	56	56	58	105	118
De 2 001 a 5 000	263	602	610	682	1 225	1 183
De 5 001 a 10 000	651	1 058	957	1 055	1 312	1 212



De 10 001 a 20 000	847	1 159	1 114	1 299	1 382	1 401
De 20 001 a 50 000	783	826	872	926	958	1 043
De 50 001 a 100 000	143	157	240	284	301	325
Mais de 100 000	64	94	142	187	224	283
De 100 001 a 500 000	57	83	124	162	193	245
Mais de 500 000	7	11	18	25	31	38

População dos municípios

Total	70.992.343	94.508.642	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
Até 2 000	22.150	92.110	88.183	91.431	172.231	197.429
De 2 001 a 5 000	997.501	2.213.159	2.228.112	2.451.222	4.316.217	4.176.916
De 5 001 a 10 000	4.853.342	7.764.485	7.069.211	7.687.121	9.376.707	8.541.935
De 10 001 a 20 000	12.111.526	16.403.397	15.937.703	18.453.189	19.654.601	19.743.967
De 20 001 a 50 000	23.608.342	24.998.753	26.728.931	28.005.202	28.700.747	31.344.671
De 50 001 a 100 000	9.467.253	10.443.490	15.937.465	19.379.111	20.911.053	22.314.204
Mais de 100 000	19.547.932	32.593.189	53.160.968	70.850.183	86.459.137	104.436.677
100 001 a 500 000	9.113.130	14.610.868	23.631.329	32.073.626	39.576.864	48.565.171
Mais de 500 000	10.434.802	17.982.321	29.529.639	38.776.557	46.882.273	55.071.506

Fonte: IBGE, 2013

Por fim, ressalte-se que, considerando as cidades no Brasil, estas, na atualidade, apresentam diversas escalas, estruturas e funções. Em termos demográficos, o IBGE (1996), por exemplo, conceitua nesta categoria aquelas cidades que possuem de 100 mil a 500 mil habitantes. O território brasileiro, no entanto, contém uma rede urbana complexa, hierarquizada, regionalizada e articulada em diversas escalas e em torno de diversos tipos e categorias de formas espaciais. Desse modo, [...] da cidade à vila rural, escala complexa rede de localidades apresenta uma grande diversidade de processos urbanos em curso sobre o território (SOARES, 2003, p. 74), o que pode denotar vários “olhares” e percepções acerca da temática.

Tal condição se justifica, pois, dada à sua grande extensão geográfica (8.514.876 km²), sob diversos aspectos, este país apresenta peculiaridades urbanas, socioeconômicas e geográficas, dentro da sua configuração territorial. Tais características demonstram, dessa forma, a característica de país heterogêneo e de grandes desigualdades espaciais, as quais replicam na configuração das suas cidades.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA BAHIA



Embora constituído de vários marcos históricos significativos para o seu processo de ordenamento territorial, é visível o impacto limitado destes na urbanização, com vistas ao processo de crescimento e desenvolvimento da Bahia, o qual veio manifestar-se mais intensamente apenas no século XX. Até este período, este quadro manteve a Bahia em situação de contínua letargia quanto ao desenvolvimento dos seus aspectos econômicos e sociais, se comparados com outras unidades federativas do país, no mesmo período. Já o segundo período, bem mais recente, caracteriza a transição da “velha” Bahia agrária para a “nova” Bahia urbana e industrial, sendo o período considerado, assim, um marco na história econômica deste estado, no século XX. Reforçando este contexto, Leda (2009), afirma que:

Ela pode ser focalizada a partir do divisor de águas representado pela implantação da indústria petrolífera nos anos 1950. Até meados do século passado, período denominado de letargia econômica ou “enigma baiano”, prevalecem estruturas herdadas do passado agrário e mercantil que dominaram o cenário econômico, apesar das tentativas de industrialização desde finais do século XI. O segundo período pode ser dividido em quatro momentos, tendo como ponto de partida o referido marco de transição: a) década de 1950, continuidade do modelo primário-exportador e início das atividades da Petrobrás; b) décadas de 1960 e 70, com a industrialização em torno de Salvador e o incremento da urbanização no interior; c) década de 1980, marcada pela redução do crescimento e busca de alternativas de diversificação da base produtiva; d) “década de 1990 até hoje”, com o acirramento da competição, abertura da economia e mudanças nas estratégias de desenvolvimento, “resultando em expressivos impactos territoriais”. LEDA (2009, p. 12)

Nota-se, nesta fase, o rápido impulso que a Bahia tomou em direção a uma nova realidade. O que não se verificou durante séculos, em termos de crescimento, foi particularmente intensificado no século XX, especialmente em relação aos aspectos econômicos. Tais iniciativas provocaram alterações no ordenamento territorial, que redefiniram várias regionalidades interestaduais, capazes de fomentar o crescimento de algumas cidades capazes de influenciar suas regiões, frente à situação histórica de hegemonia da capital baiana – Salvador, ao longo dos anos passados.



Considerando como limite temporal, o intervalo entre a década de 1960 e 1970 - este período configurou-se como um marco no aumento progressivo da população baiana. Foi nesta década inicial que as cidades baianas começaram adquirir os primeiros contornos do que, mais tarde, poderiam diferenciá-las em metrópole, cidades médias ou pequenas e, por consequência, projetar o atual contexto da urbanização na Bahia. O crescimento populacional entre as décadas 1960 e 1970, foi marcado pela integração da Bahia com a região Sudeste – considerada a mais desenvolvida do país –, a partir da implantação dos grandes eixos rodoviários e das modernas iniciativas relacionadas à industrialização, que tiveram início com o Centro Industrial de Aratu (CIA) e demais empreendimentos concentrados na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Com investimentos concentrados na RMS, desde as décadas mais antigas, a população baiana promoveu, ao longo do tempo, nesta referência, um constante processo de migração em busca de melhores oportunidades de vida, ante um quadro interiorano de desigualdades regionais.

A década de 1980, marcada por baixos investimentos em decorrência da crise econômica à época, não apresentou mudanças significativas em relação ao período anterior. Já em períodos mais recentes - entre as décadas de 1991 a 2000 - o crescimento populacional do estado passa a manifestar-se em torno dos 10,13%. Já nesta última década, entre os períodos de 2000 a 2010, a taxa de crescimento demográfico na Bahia reduziu-se ainda mais, na percentagem de 7,24%, sendo menor que na década anterior – entre 1991 e 2000. Verifica-se, portanto, que o crescimento na última década de 3,7 vezes é menor que o período que envolver a década de 1960 e 1970. Entre a década de 1990 até os dias atuais, portanto, apresenta-se, na visão de Leda (2009, p. 14) o terceiro grande período, ainda em curso, de intensificação na produção dos espaços regionais, os quais mantêm a característica de desenvolvimento desigual. Neste contexto, o quadro de crescimento e desenvolvimento da Bahia, reflete a combinação da sua heterogeneidade territorial e social, o qual resulta em um processo de urbanização diverso e segregador. A formação atual dos 417 municípios baianos e, por conseguinte, o processo de urbanização na Bahia, embora sendo pioneiro no Brasil, ocorreu, portanto, de acordo



com o processo de crescimento do estado, resultando em uma urbanização mais lenta em determinadas regiões, em função, sobretudo, das políticas de regionalização adotadas pelo poder público federal e estadual, ao longo das décadas.

Em termos de quantitativo populacional das cidades da Bahia, apresenta-se abaixo um recorte temporal da década de 2010, período em que ocorreu o último censo demográfico nacional, o qual é possível verificar qual o contexto da distribuição populacional da Bahia.

Tabela 2 – Cidades e Crescimento – 2010

Habitantes	Número de cidades 2010	% sobre o total das cidades
Até 5.000	131	31,42
5.001-20.000	222	53,23
20.001-100.000	51	12,23
100.001 – 500.00	12	2,88
2.674.923	1	0,24
Total	417	100

Fonte: IBGE – SIDRA, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Ao se considerar as 417 cidades da Bahia, classificadas por número de habitantes, destaca-se, de acordo com o IBGE (2000 e 2010) que a maioria (222 cidades) possui entre 5.001 e 20.000 habitantes. Ademais, 131 cidades possuem até 5.000 habitantes. As duas primeiras classes somam 273 cidades; ou seja, 84,65 % das cidades baianas, de acordo com o último censo demográfico, possuem população de até vinte mil habitantes. A maioria das cidades baianas se enquadra nesta categoria, as quais são denominadas de pequenas cidades ou cidades de pequeno porte, ou até mesmo centros locais, mas que devem e merecem ser analisadas para além dos critérios demográficos. Embora sejam classificadas como área urbana, a maioria destas cidades possui características de espaço rural, sendo a agricultura de subsistência a atividade de maior predomínio. Este tipo de atividade, por sua vez, não consegue, de forma isolada, gerar riqueza suficientemente capaz de assegurar as necessidades mínimas à qualidade de vida de sua população. As pequenas cidades são caracterizadas pela limitada capacidade de oferta de serviços, mesmo as básicas, associados à saúde, à educação e à



segurança, além de baixa articulação com as cidades do seu entorno. As atividades econômicas são quase nulas, com o predomínio de trabalho associado aos serviços públicos ou à agricultura de subsistência.

Um dado que merece atenção relaciona-se às cidades que possuem entre 20.001 e 100.000 habitantes, representando 12,23% do número total das 417 cidades baianas, totalizando 51 cidades vive nestes municípios. Neste perfil de cidades já é possível identificar algumas atividades com maior grau de especialidade, e, por conta desta característica, conseguem desenvolver uma relação mais intensa com a sua hinterlândia, exercendo, ainda que pequeno, importante papel de intermediação.

A classe de cidades entre 100.001 e 500.000 habitantes totalizam 2,88% das cidades baianas. À exceção de Salvador, destaque-se como municípios de maior população, enquadrados nesta categoria, e consolidados como pólos regionais as cidades de: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Barreiras, Jequié, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus. É possível identificar nestes municípios uma localização geográfica privilegiada, caracterizando como entreposto comercial e detentora de comércio diversificado. Caracterizam-se ainda, como cidades detentoras de serviços educacionais e de saúde, além de mais complexa intermediação bancária e de informação.

Ante o exposto, ao analisar as características demográficas dos 417 municípios baianos, verifica-se, inicialmente, que, se comparado à média nacional e do Nordeste, o Estado não apresenta uma população muito numerosa, à exceção de Salvador, com 2.676.606 habitantes no seu município, conforme último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. A maior parte da população baiana se concentra em Salvador, na Região Metropolitana, em Feira de Santana, em Vitória da Conquista, e nos municípios da região cacauzeira- Ilhéus e Itabuna, sendo estes os mais densamente povoados do Estado da Bahia. Além desta condição, há mais quinze municípios, cuja população encontra-se entre 100.000 e 600.000 habitantes.

Quanto à densidade populacional, a RMS, uma das regiões mais habitadas no Brasil, e segundo o censo do IBGE (2010), possui uma média de 880 habitantes por



quilômetro quadrado, o que evidencia quão rarefeita está distribuída geograficamente a população baiana. Ademais, as áreas mais densamente povoadas concentram-se no litoral e adjacências, enquanto as áreas menos densas estão no Centro, Norte, Vale do São Francisco e no Oeste do Estado.

Os aspectos socioeconômicos continuaram apresentando uma Bahia que permanecia com as mesmas dificuldades estruturais do passado e que se replicariam em uma conjuntura de modernização das bases econômicas, resultante da concentração dos investimentos produtivos e algumas infra-estruturas sociais apenas em áreas específicas do estado. Tal processo dificultou, desta forma, a viabilidade de um crescimento econômico e social das suas regiões e das cidades que a compõem. Este quadro assinala, assim, as desigualdades regionais do estado, caracterizadas pelas diferenciações de urbanização ali identificadas.

A RMS, por exemplo, juntamente com alguns poucos municípios de maior porte, continuam concentrando maior parte das atividades econômicas deste estado. Dessa forma, os dez maiores municípios do estado concentram, aproximadamente, 56% do PIB baiano. Os 407 municípios restantes concentram 44% do PIB estadual, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2010), refletindo ainda uma política de concentração produtiva da economia baiana e conseqüente quadro segregação espacial e de pobreza da sua população.

Destaque-se, ainda o agravo desta condição de desigualdade, na medida em que a presença de extensa área do território baiano tem aproximadamente 70% de seu território inserido na região semi-árida, caracterizada pela baixa produtividade agropecuária. Os 30% restantes compreendem a faixa litorânea e a porção Oeste. Trata-se de uma área cuja extensão, em sua maior parte, é marcada pela pobreza da sua população. É nesta área, inclusive, que ocorre a maior concentração da população baiana, que se apresenta distribuída de forma desigual, pois alguns espaços são caracterizados pelo fraco povoamento e baixo desempenho econômico, destacando-se a agropecuária de subsistência na maior parte do seu território. As demais atividades, sobretudo a industrial, apresenta-se de forma incipiente, especialmente concentrada,



ainda que pouco especializada, nas cidades de maior população, a exemplo de Feira de Santana, Vitória da Conquista e eixo Ilhéus-Itabuna. Estas cidades viriam a se transformar em o que hoje são denominadas e reconhecidas pelo IBGE, dentre outros importantes segmentos, como as únicas cidades médias da Bahia.

Encontram-se ainda alguns outros municípios de porte menor, mas com posição de destaque na rede urbana baiana, a exemplo de Paulo Afonso e Juazeiro, que exercem influência em cidades pequenas que estão localizadas no semi-árido. Ademais, no entorno das cidades de Barreiras (Oeste), Juazeiro (Norte), Teixeira de Freitas (Extremo Sul) verificou-se o crescimento dessas cidades, impulsionadas pela produção agrícola empreendida em bases capitalistas modernas, voltadas, em grande parte, para o mercado externo.

O processo de urbanização da Bahia reproduz, portanto, os parâmetros nacionais e ocorre de forma desigual, sobretudo porque o seu vasto território assim tornou-se função de diversos aspectos que influenciaram esta realidade, a exemplo dos econômicos, sociais e climáticos. A Bahia é, assim, um território caracterizado pela heterogeneidade das suas regiões e seu processo de urbanização assim também se estabelece.

AS CIDADES MÉDIAS DA BAHIA

Nas últimas décadas, novas configurações da rede urbana da Bahia se consolidaram, possibilitando, assim, a redefinição de outros desenhos de cidades. A solidificação de centros intermediários, entre os anos 1960 e 1970, se fortalecem e se consolidam até os dias atuais, a exemplo das cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista, eixo Itabuna - Ilhéus, as quais passam a desempenhar papéis de característicos das cidades médias ou cidades de porte médio. Redefine-se destarte, os seus papéis de intermediação junto a pequenas cidades e aos campos, que integram a sua região de influência, além da metrópole estadual – Salvador. Assim, amplia-se a inserção destas no âmbito regional, ou até mesmo para além dos espaços ora



evidenciados, e alcançando, inclusive, cidades de outros estados. Exemplifique-se a região de influência de Vitória da Conquista, que, para além da sua região de influência no estado da Bahia, polariza ainda algumas cidades do norte do estado de Minas Gerais.

Uma apreciação crítica indica, segundo Santos, J. (2010, p. 74), que as cidades baianas passaram por mudanças que repercutiram nos seus espaços internos, em um período notadamente marcado por um alto grau de complexidade no processo de urbanização. Tal qual ocorreu no Brasil, essa dinâmica foi replicada na Bahia, que, pressionada por um intenso processo de migração, vê em suas cidades, o seu foco principal para atendimento das necessidades de sua população. Tais mudanças, conforme o autor, guardam relação direta com as ações políticas, aos ditames e à mobilidade do capital, além das novas relações tempo-espaço e bem como a reprodução da vida cotidiana. Por isso,

As conseqüências dessas mudanças são a reestruturação das cidades médias e modificações das pequenas, ao passo em que seus papéis no capitalismo são fortalecidos. Em ambos os casos, a precarização da vida dos trabalhadores, a segregação, a expansão da cidade e a terciarização são evidentes. Nas médias, surgem conflitos do centro antigo, entre este e as novas centralidades, bem como a fragmentação socioespacial. (J. SANTOS, 2010, p. 79).

Ante o exposto, muitas cidades enfrentam a problemática de um contexto de urbanização que se intensifica sem dispor do tempo e da estrutura necessário para acionar o planejamento deste processo. Apresenta-se, assim, um quadro de novas centralidades que revelam o desafio com o qual as cidades médias necessitam lidar, pois, adaptados que sempre estiveram a uma única de centralidade interna – o centro da cidade –, passaram a vivenciar a proliferação de outras tantas, decorrentes do novo contexto que ora se instalou.

Salvador, com 2.674.923 habitantes, distancia-se bastante, em todos os aspectos (demográficos, econômicos, sociais, dentre outros) da segunda e terceira cidades do Estado, Feira de Santana e Vitória da Conquista, com 495.965 e 306.866 habitantes, respectivamente, demonstrando, mais uma vez, a clara concentração demográfica da única metrópole baiana. De acordo com os estudos sobre Região de Influência do IBGE, na rede urbana da Bahia se encontra uma Metrópole Nacional, três capitais regionais,



dentre outras configurações sequencialmente hierarquizadas pelo referido estudo. O sistema urbano da Bahia estende sua influência para o Sudoeste do Estado, ao passar por Feira de Santana, Vitória da Conquista, estendendo-se ao eixo Ilhéus-Itabuna, além de algumas cidades do norte de Minas Gerais e sul de Sergipe.

CONCLUSÃO

Estes abreviados recortes históricos, geográficos e econômicos possibilitaram a criação de um marco inicial de referência para compreender o processo de urbanização no Brasil e na Bahia, sob a perspectiva das cidades médias. Em relação às grandes regiões, mesmo com os problemas estruturais identificados, a Bahia, localizada na região Nordeste, apresenta-se como o estado que ocupa o primeiro lugar entre os estados dessa Região, em termos de contingente populacional e de número de municípios, embora com baixa densidade populacional.

De forma semelhante ao que se observa em determinadas regiões do Brasil, o processo de crescimento da economia baiana, também caracterizou-se como lento e desigualmente concentrado. Neste sentido, o Brasil e a Bahia cresceram, mas não se desenvolveram na mesma proporção que muitos outros territórios, pois, para além do progresso material e dos avanços tecnológicos, o conjunto dos benefícios por eles gerados não foram disponibilizados para a maioria da sua população, a qual, grande parte vivia e ainda vive em condições de pobreza.

Ante o exposto e, ao reproduzir o histórico das cidades médias frente ao seu processo de urbanização, é possível inferir que as cidades médias da Bahia, a exemplo do Brasil, são reflexos das políticas econômicas e sociais verificadas em suas regiões geográficas. Destas reflexões, verifica-se um quadro de assimetria cada vez mais frequente na organização espacial das cidades que compõem o território nacional e estadual. Caracteriza-se, assim, a consolidação de cidades que, ora se perdem em modelos de desenvolvimento, enquanto a realidade se diferencia, para outros que



comprovaram maior eficácia, sendo, portanto mais beneficiados por uma melhor qualidade de vida à sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. INDICADORES SOCIAIS MUNICIPAIS: **Uma análise dos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010**. In: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

LEDA, Renato Leone Miranda. **Elementos para a análise da formação regional da Bahia contemporânea: contextualizando recortes geográficos e suas periodizações**. In II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. 2009. Disponível em: <http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/renato-leone-miranda-11.pdf> . Acesso em 02 de maio de 2013.

PONTES, B. S. **As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional** (1970). Boletim de Geografia. Maringá: UEM, nº 18, p. 1-27, 2000.

REIS, G. A. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do Nordeste. In.: SANTOS, G. R. dos. **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas** (org.). Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. P.37-76.

SANTOS, Jânio. .A natureza contraditória da Urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades Baianas. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Orgs). **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SOARES, B. R. **Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. Formação**, Presidente Prudente, Editora da UNESP, n. 6, p. 55-64, 2003.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **SEI Pesquisa Dinâmica Urbana dos Estados**. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/municipal/apresentacao_pib_2010.pdf. Acesso em 15 de abril de 2012.